

O desenvolvimento de políticas para migrantes em nível nacional e municipal no Brasil no século XXI

**Painel “Políticas Migratórias em Perspectiva”
4 de abril de 2019 - Rio de Janeiro
Fundação Getúlio Vargas**

Augusto Veloso Leão

Pesquisador do Programa de Pós Graduação em Geografia da PUC Minas

Apresentação

- Contexto da Lei n. 6.815/1980 (até 2017)
- Políticas em nível municipal
- Políticas em nível federal

Contexto

- Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/1980) (até 2017)
 - Visão securitária
 - Poucas oportunidades de entrada regular e regularização posterior
 - Anistias (1988, 1998, 2009)

Políticas municipais

1ª Conferência Municipal de Políticas para Migrantes

Cadeiras para migrantes nos Conselhos Municipais

Fórum Social Mundial das Migrações

São Paulo:

**espaço para aprofundar discussões e
testar políticas**

Políticas federais

CNIg

- Política Nacional de Imigração e Proteção ao(a) Trabalhador(a) Migrante (2010)
- Resoluções Normativas

Chegada dos Haitianos no Acre e em São Paulo

Percepção crescente de inadequação das políticas de imigração

Políticas federais

Proposta de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil (2013)

I Conferência Nacional de Migração e Refúgio (Comigrar) (2014)

Abertura de oportunidade legislativa

Políticas federais

Proposta de Lei do Senado 288/2013

- Aspecto suprapartidário
- Tramitação à revelia do ambiente político

Lei 13.445/2017

Mais mudanças

Políticas federais

Decreto 9.199/2017

- Processo de tomada de decisão tripartite (Justiça, Relações Exteriores, Trabalho + CNIg)
- Participação social e debate limitados

Políticas federais

Desenvolvimento de políticas estaduais e municipais

- 8 estados (SP, RJ, PR, RS, MG, MS, GO, AM)
- 5 municípios (Porto Alegre, Rio Grande, São Paulo, Corumbá, Maringá)

Políticas federais

Preocupações atuais

- Regularização
- Acesso a serviços
- Inserção no trabalho
- Validação de qualificações e estudos

Políticas federais

Limites da Lei 13.445/2017

- Política reativa e pontual
- Populações vulneráveis
 - Categorias de migração frágeis, definidas por decretos
- Divisão de responsabilidades

Referências principais

LEÃO, Augusto Veloso. Reconhecimento legal e estima social nas políticas públicas de integração de imigrantes em nível municipal em São Paulo e Bruxelas. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, João G. C. M. L. G. X. Por razões humanitárias: cidadanias, políticas públicas e sensibilidades jurídicas na reforma migratória brasileira. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FERNANDES, Duval. (cord.). Estudo sobre o Impacto das Migrações Internacionais no Brasil (Fundo de População das Nações Unidas e SAE). 2018.

Obrigado!

Contato: augustovl@usp.br